

# SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

### COMISSÃO ESPECIAL DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, DE 2019.

Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

<b>EMENDA</b>	N.º					

Art. 1º Suprimam-se a parte final do inciso I do Art. 10 da Medida Provisória 905, de 11 de novembro de 2019 ("caso não tenha sido acordada a sua antecipação, nos termos do disposto nos §1 e §2º do art. 6º").

# **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda supressiva objetiva suprimir do texto a parte final do inciso I do Art. 10 da Medida Provisória 905, de 11 de novembro de 2019, no qual é assegurado o pagamento da indenização sobre o saldo do FGTS, prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 1990, caso não tenha sido acordada a sua antecipação, nos termos do disposto nos § 1º e § 2ºdo art. 6º.

Tal dispositivo precariza a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, prevista no Artigo 10, inciso I, do ADCT, da Constituição Federal, em face da previsão do pagamento diluído mensalmente, pago juntamente com as demais parcelas que compõem a remuneração do empregado.

O pagamento diluído da multa fundiária, certamente levará a absorção do seu valor pelo trabalhador quando do orçamento mensal, e na



### **SENADO FEDERAL**

#### Gabinete do Senador Rogério Carvalho

despedida, o trabalhador ver-se-á desempregado e sem uma cobertura financeira que lhe permita o pagamento de suas despesas ordinárias até a obtenção de novo emprego. A consequência é por demais danosa, com geração de instabilidade social e certamente aumento da inadimplência, o que não interessa à economia nacional.

Por fim, ressaltamos que essa Emenda é sugestão apresentada pela ANAMATRA, que diante da constatação da proteção ao trabalhador e do interesse público salutar, encampamos a sugestão da emenda e apresentamos nessa oportunidade.

Sala das comissões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO
PT/SE